



REPENSANDO O ENSINO DE GRAMÁTICA: O PAPEL DASOCIOLINGUÍSTICA¹

Isael da Silva Sousa (PPGL/UNEMAT)²
isaelsousah@gmail.com

Sylvain Anagonou (PPGL/UNEMAT)³
sylvanagonou@gmail.com

Sabemos que o trabalho com o ensino de Língua Portuguesa na escola brasileira, ao longo dos anos, tem privilegiado a gramática normativa. Conforme Antunes (2007), a gramática de alguns anos para cá recebeu uma carga horária especial, separada das aulas de redação e literatura, como se redigir um texto ou ler uma obra literária fossem atividades que se pudesse fazer sem gramática. Mas por que ensinar gramática?

Bagno (2007) advoga que o ensino de gramática está pautado na ilusão de uma língua homogênea. Dessa maneira, a gramática normativa sustenta a variedade dita padrão e qualquer uso da língua que não segue o recomendado por ela é considerado como desvio e deformação, no entanto, os fatores utilizados para determinar regras não são estritamente linguísticos, o que contribui para o estabelecimento de diversos preconceitos, pois baseia-se em parâmetros equivocados como: classe social de prestígio, purismo e vernaculidade, assim como a tradição cultural.

Faraco (2016) argumenta que a gramática normativa está centrada há quase dois séculos na política do “certo” e “errado”, na prescrição de regras de uso da língua, as quais desconsideram as outras modalidades linguísticas.

¹ Ensaio produzido na Disciplina “Sociolinguística”, ministrada pela Profa. Dra. Cristiane Schmidt, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, em 2019.1.

² Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre em Letras, com área de concentração em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do Grupo de Estudos da Teoria das Operações Enunciativas (GETOE).

³ Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Graduado em Linguística pela Université d’Abomey-Calavi (UAC).



A Sociolinguística laboviana ou variacionista surge defendendo exatamente o contrário da tradição gramatical. A própria concepção de língua evidencia essa oposição, dado que para a mesma a língua é de natureza dinâmica, variável e heterogênea; e, por essa razão, considera como objeto de estudo a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal, possível de ser descrita e analisada cientificamente. Nessa perspectiva, as variedades linguísticas são consideradas diferenças e não erros.

Bagno (2007) pontua que a variação ocorre em todos os níveis da língua, assim temos: variação fonética-fonológica, variação morfológica, variação sintática, variação semântica, variação lexical e variação estilístico-pragmática. O autor defende que a variação não é aleatória ou caótica, ela é estruturada, organizada, dando origem ao conceito de heterogeneidade ordenada.

Conforme Mollica (2004), as principais áreas de estudos da Sociolinguística são as seguintes: Contato entre línguas, questões relativas ao surgimento e extinção linguística, multilinguismo, variação e mudança. A variação linguística constitui fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas variantes. Variantes são as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente.

Uma variável é concebida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, porém influenciado por grupos de fatores de natureza social ou estrutural. Cabe a sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático.

Para Mollica (2004), todo sistema linguístico encontra-se permanentemente sujeito à pressão de duas forças que atuam no sentido da variedade e da unidade, a variação pode ocorrer no eixo diatópico e diastrático, no primeiro, as alternativas se expressão regionalmente, levando em consideração os limites físico-geográficos; no

segundo se manifesta de acordo com os diferentes estratos sociais, considerando fronteiras sociais.

Qualquer que seja o eixo, diatópico/geográfico, diastrático/social ou de outra ordem, a variação é contínua e, nenhuma hipótese, é possível demarcarem-se nitidamente as fronteiras em que ocorre. Os sociolinguistas têm se voltado para a análise dessas relações, e o preconceito linguístico tem sido um ponto debatido na área, pois ainda predominam as práticas pedagógicas assentadas em diretrizes maniqueístas do tipo certo/errado, tomando-se como referência o padrão culto. As línguas, em geral, apresentam uma diversidade que distribui em contínuo, da qual o falante adquire primeiro as variantes informais e num processo sistemático e paulatino, pode vir a apropriar-se de estilos e gêneros mais formais, aproximando-se das variedades cultas e da tradição literária.

Posto isso, como deve ser o ensino de língua materna? O que deve ser focalizado nas aulas de Língua Portuguesa? Para tentar responder essas questões, mesmo que de maneira incipiente, apresentamos a proposta de reeducação linguística elaborada por Bagno (2007, p. 84-85), a qual implica, entre outras coisas, as seguintes tarefas:

- (i) Fazer com que os alunos reconheçam que são possuidores de plenas capacidades de expressão e comunicação da língua materna, a escola só irá contribuir para o desenvolvimento do que eles já possuem;
- (ii) (ii) Levar os alunos a terem consciência da escala de valores existentes na sociedade e que algumas variedades das línguas são consideradas mais “adequadas” do que outras e que não podem se submeterem aos preconceitos linguísticos;
- (iii) Garantir o acesso aos alunos a formas diferentes de falar e escrita;
- (iv) Conscientizar os alunos que a língua é utilizada como elemento de promoção social, assim como de repressão e discriminação;
- (v) Trabalhar práticas de letramentos;
- (vi) Promover o reconhecimento da diversidade linguística como um patrimônio da nossa cultura.



Quando se pensar em escola e ensino de língua também pensamos no livro didático. Os livros didáticos são uma das principais fontes de pesquisa e apoio para o trabalho docente na Educação Básica, assim como constituem uma ferramenta que contribui para a construção da postura do professor em sala de aula.

Conforme Brakling (2003), os livros didáticos são os instrumentos que definem o conteúdo abordado pelo professor em sala de aula, no entanto, como, de fato, ocorre o tratamento didático-metodológico dado ao conteúdo? Bagno (2007) diz que, apesar da notória evolução nos livros didáticos, as abordagens que eles oferecem as questões de variação e mudança são distorcidas e, na maioria das vezes, falhas. É necessário utilizar manifestações autênticas de uso da nossa língua como exemplos e deixar de lado os clássicos exemplos como as Tirinhas do Chico Bento, da Turma da Mônica.

Esse tipo de exemplo não apresenta a variação em toda a sua forma, uma vez que se centra na população rural, pobre e analfabeta. É fundamental mostrar que a língua tida como culta também sofre variação e que foge as prescrições da gramática normativa.

Segundo Antunes (2014), não há gramática fora da língua. É na interação, no cruzamento de todas as nossas ações verbais que a gramática se vai internalizando e se estabelece como algo constitutivo do saber linguístico de todo falante e é, justamente, esse “saber” que não pode deixar de ser objeto de análise e de exploração na escola, dado que carrega um componente cultural muito forte. O professor não pode esquecer também que “a linguagem é inerentemente contextualizada, bem como a gramática é inerentemente contextualizada” (ANTUNES, 2014, p. 22).

Percebemos que a teoria gramatical normativa obscureceu a visão de alguns professores e alunos para o mais importante: o que é dito, em referência a quem, com que sentido, com que intenções e a quem. Concordando ainda com Antunes (2014), entendemos que o foco das aulas de Língua Portuguesa tem se restringido, sobretudo, em identificação e classificação.

A gramática ensinada na escola deve considerar a língua em uso, assim como as relações de sentidos produzidas na e pela língua, tendo em vista que a gramática faz



parte do texto, do enunciado. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação – PCNs – (1998) reprovam a metodologia de ensino pautada em definição, classificação e identificação das classes das palavras desvinculadas do uso da linguagem.

Em contrapartida, orientam que o ensino de gramática deve considerar a variação linguística, isto é, a proposta dos PCNs (1998), consiste no uso e reflexão acerca da língua para que, dessa forma, o aluno desenvolva o domínio da expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem levando em consideração a situação de produção social e material do texto.

Os PCNs (1998) ressaltam que a preocupação com ensino de gramática não deve ser reconstruir com os alunos quadros descritivos constantes dos manuais de gramática, pois o que deve ser ensinado não corresponde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar. Existem aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de leitura e escuta de textos, contudo não se pode reproduzir a clássica metodologia de definição, classificação e exercitação.

A prática com o ensino de gramática deve partir da reflexão produzida pelos alunos e não focada na preocupação com a mera memorização da nomenclatura /categorias estabelecidas pela tradição lógico-gramatical. Em suma, podemos afirmar que o papel da Sociolinguística é justamente promover o ensino de gramática que vislumbre o uso e reflexão da língua em sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: limpando ‘o pó das ideias simples’. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.



BRAKLING, K. L. A gramática nos LDs de 5ª a 8ª séries: “que rio é este pelo qual corre o gânges?”. In: ROJO, R. e BATISTA, G. A. (Orgs.). **Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Recebido Para Publicação em 27 de setembro de 2019.
Aprovado Para Publicação em 13 de dezembro de 2019.